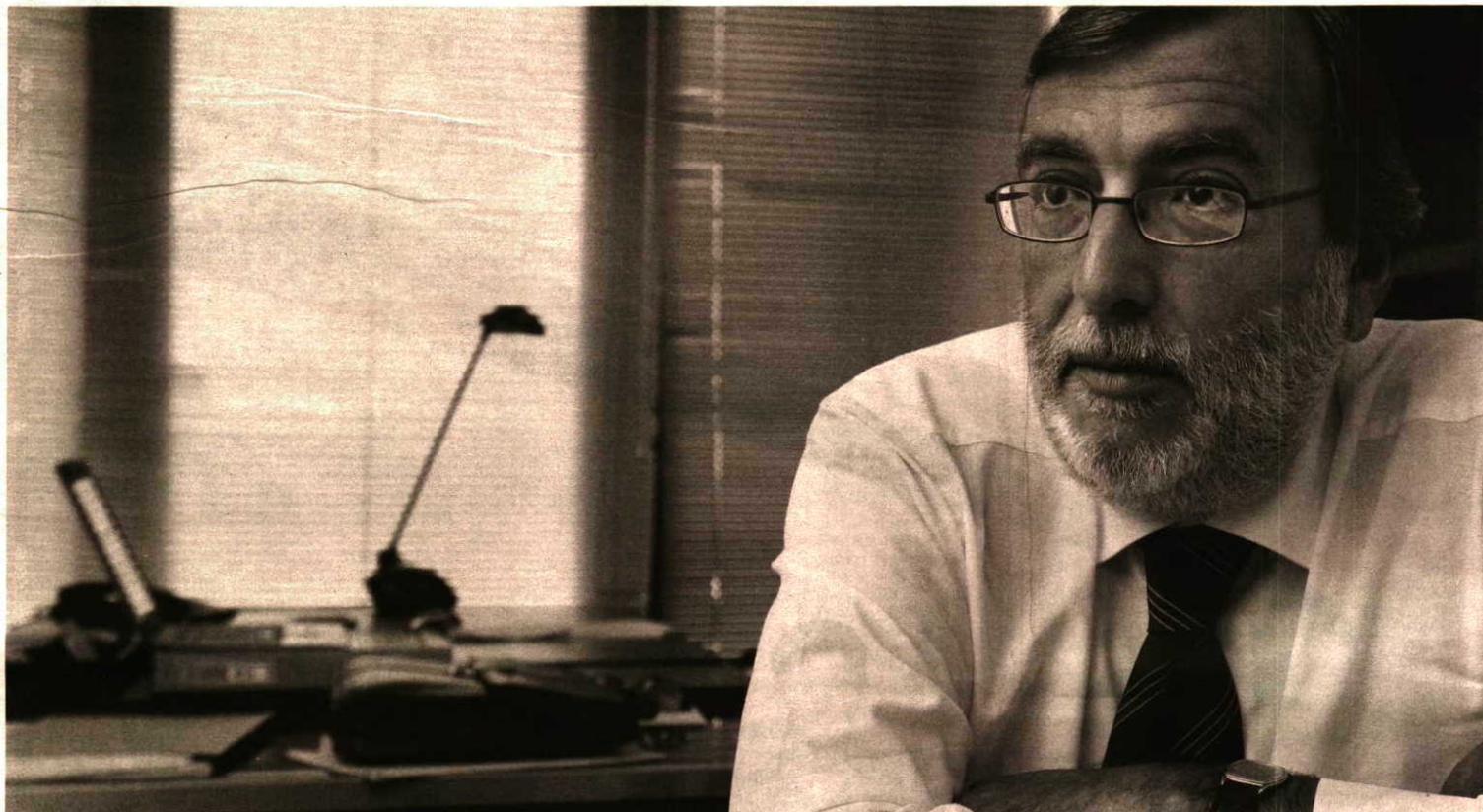




Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA



ENTREVISTA ANTÓNIO DE SOUSA Economista

"Auditores são os principais res

ANTIGO GOVERNADOR do Banco de Portugal diz que não é ao supervisor que se deve apontar o dedo nos casos

Francisco Ferreira da Silva e Maria Ana Barroso
francis@economicasgps.com

A actuação das agências de 'rating' e dos auditores deve ser repensada com a crise, defende António de Sousa, antigo governador do Banco de Portugal. Em entrevista, o ex-presidente da Caixa comenta ainda a nacionalização do BPN, sobre a qual tem algumas dúvidas, a actuação da supervisão. António de Sousa também fala do seu negócio de 'private equity': a ECS Capital.

Considera que a crise financeira trará mudanças estruturais ou, pelo contrário, tudo voltará, a prazo, a ser igual?

A situação que se estava a atingir era uma situação limite. Os níveis de 'leverage' a que assistimos nos últimos anos dificilmente se irão produzir outra vez.

Pelo menos enquanto houver lembrança do que se passou. Era uma situação de elevado endividamento das instituições financeiras, das famílias e das empresas, sustentada por uma situação, pouco habitual, de taxas de juro muito baixas, durante muito tempo. Mostrou que alguns agentes do mercado financeiro falharam redondamente na sua missão. As agências de 'rating', nomeadamente.

Agências de 'rating' que continuam a exercer a sua actividade normalmente... Pois continuam. A questão do 'rating' tem-se discutido pouco. A começar pelo facto de termos três agências que falham sistematicamente. As várias crises dos últimos tempos, desde a crise das dot.com à asiática, nenhuma delas foi detectada a tempo. Não sei se os bancos centrais não teriam de ter um papel em alguns casos. Algumas

agências poderão, eventualmente, vir a ser participadas ou acreditadas por eles.

Concordou com a exigência dos 8% de Tier 1 pelo Banco de Portugal?

O mais fácil é responder que 8% é melhor do que 6%. Num momento como o actual, exigir um aumento de capital aos bancos é criar-lhes uma situação ainda mais complicada. E os 6%, se for acautelada a análise das imparidades de crédito, podem ser razoáveis. Esta exigência surge ao mesmo tempo que as autoridades pedem aos bancos que mantenham a concessão de crédito.

Pedir aumentos do crédito sem aumentos de capital, ao mesmo tempo que têm de aumentar os rácios, é uma equação impossível. Porque manter o crescimento razoável do crédito, nos mesmos termos que no passado teria de passar por

"A detecção, por parte de um supervisor financeiro, de uma fraude, só por acaso"

"O BPN foi seguido bem mais de perto do que a maioria dos bancos"

Vitor Constâncio, Governador do Banco de Portugal



reforços de capital, é mais difícil actualmente.

Depois do que se passou no BCP, BPN e BPP, não deveria ser repensada a supervisão bancária em Portugal?

Só se pode pedir à supervisão a análise da solvabilidade dos bancos. Não é seu papel fazer a auditoria dos bancos. Para isso é que há auditorias internas, auditores externos e consultores fiscais.

Neste caso falhou tudo.

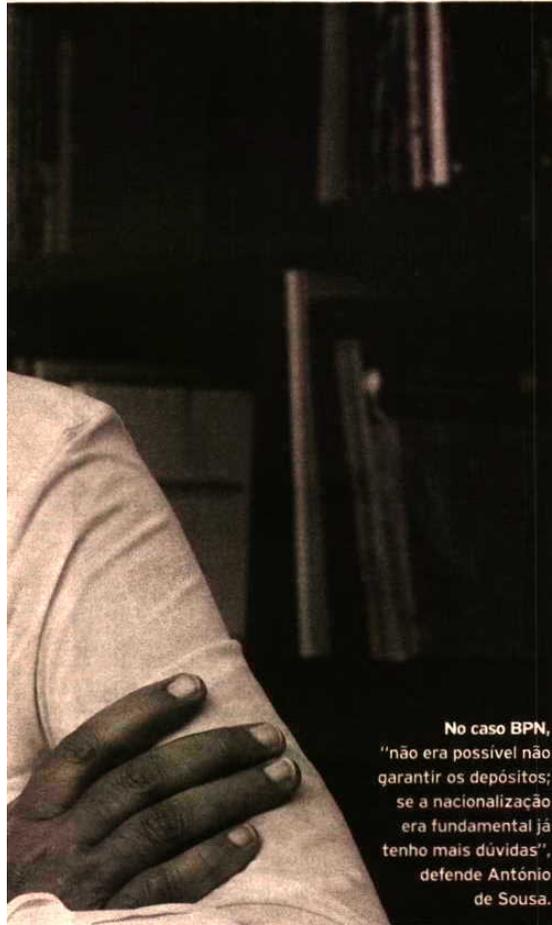
A detecção, por parte de um supervisor financeiro, de uma fraude, só acontece por acaso. Se a informação dada é idónea e há um conjunto de entidades independentes a verificarem a autenticidade das contas, a autoridade de su-

pervisão não vai refazer esse trabalho. Porque, se não é assim, para que é que existem auditores?

Mesmo no BPN. Um caso de que há tanto se falava?

Não conheço directamente o assunto, mas penso que o BPN foi seguido bem mais de perto do que a maioria dos bancos. Agora, quando há fraudes, os supervisores não descobrem. Viu-se isso, por exemplo, com casos como o Madoff. Já me custa mais a perceber como é que os auditores não detectam. **No caso português, as responsabilidades devem ser pedidas mais às auditoras do que ao supervisor?**

Na maioria dos casos sim. **Tendo em conta que já se dizia há muito no mercado que o BPN tinha problemas, e de que havia informação pedida mas não prestada, o Banco de Portugal não deveria ter sido mais pró-activo?** Não tenho conhecimento



Paulo Figueiredo

No caso BPN, "não era possível não garantir os depósitos; se a nacionalização era fundamental já tenho mais dúvidas", defende António de Sousa.

ponsáveis"

de irregularidades na banca nacional.

de qual era o reporte que o BPN fazia. Normalmente, há um período inicial em que não se parte directamente para uma intervenção. Um processo pode acabar com um banco. Há que, constantemente, balancear estes dois factores. Se houve informação pedida e não prestada durante demasiado tempo, há uma situação de actuação pouco pressionante. Mas não sei se isso aconteceu ou não.

Como é que tem visto a utilização da Caixa como braço financeiro do Estado, designadamente na nacionalização de um banco?

Sempre pensei que a Caixa poderia ser uma entidade que pudesse auxiliar o Estado nestas situações, nomeadamente em termos de capacidade de gestão. O que foi feito no BPN foi

adequado, sem integrar o banco na Caixa até agora.

Não faria mais sentido ter integrado logo?

Parece-me que faz relativamente pouco sentido. A Caixa não precisará de mais uma rede de agências e já tem uma quota de mercado muito grande. A não ser que não haja outra solução.

A hipótese de ter deixado cair o BPN estava então posta de parte?

Na altura em que aconteceu, não era possível, pelo menos, não garantir os depósitos. Se a solução seria garantir os depósitos, fazer uma intervenção como a que foi feita no BPP ou nacionalizar, tenho dúvidas. A intervenção no banco, do ponto de vista da gestão, era fundamental. Se a nacionalização era fundamental? Também tenho dúvidas. Pode haver uma intervenção sem nacionalização. ■

**COMISSÃO DE INQUÉRITO PARLAMENTAR AO BPN****Braço-direito de Oliveira e Costa na AR**

■ Francisco Sanches, antigo administrador do BPN e homem da confiança de Oliveira e Costa, é ouvido terça-feira na Comissão de Inquérito ao BPN, pelas 17h30. Na mesma tarde, será igualmente ouvido Lencastre Bernardo, antigo quadro da SLN, um dos dois nomes levados para a holding por Dias Loureiro.